



# Câmara Municipal de Jambeiro

## Estado de São Paulo

### REQUERIMENTO Nº 61/2026

Assunto: Solicita informações e documentos referentes à utilização de bens imóveis públicos municipais por pessoas físicas e jurídicas. Senhor Presidente, Nos termos regimentais e no exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo, requero à Mesa Diretora, após ouvido o Douto Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para que encaminhe a esta Casa de Leis as informações e documentos referentes à utilização de bens imóveis pertencentes ao Município por pessoas físicas e jurídicas, especialmente galpões, terrenos destinados à instalação de empresas, quiosques, boxes do mercado municipal e demais espaços públicos. REQUER: 1. Relação completa de todos os imóveis públicos municipais atualmente utilizados por pessoas físicas ou jurídicas. 2. Identificação dos respectivos ocupantes ou beneficiários, contendo nome completo ou razão social, CPF/CNPJ e atividade exercida. 3. Cópia integral dos contratos, termos de cessão, concessão de uso, permissão de uso, autorização de uso, concessão de direito real de uso, comodato ou qualquer outro instrumento jurídico. 4. Informar se houve procedimento licitatório, chamamento público ou edital de seleção, encaminhando cópia integral dos respectivos processos administrativos. 5. Informar a existência de lei autorizativa para cada concessão, cessão, permissão ou autorização de uso. 6. Informar os critérios utilizados para seleção dos beneficiários. 7. Informar os valores cobrados ou contrapartidas exigidas dos ocupantes. 8. Informar os prazos de vigência e respectivas renovações. 9. Encaminhar cópia dos laudos de avaliação dos imóveis. 10. Informar sobre empresas instaladas em terrenos ou galpões públicos e suas contrapartidas. 11. Informar se os ocupantes encontram-se adimplentes perante o Município. 12. Encaminhar cópia dos processos administrativos que originaram as ocupações. 13. Informar se existem imóveis ocupados sem contrato vigente ou autorização formal. 14. Informar quais órgãos realizam a fiscalização desses imóveis. 15. Encaminhar relatório atualizado contendo a situação de cada imóvel. 16. Encaminhar cópia integral dos pareceres jurídicos emitidos sobre a utilização dos imóveis públicos por particulares. 17. Informar os responsáveis pela emissão dos pareceres jurídicos e respectivas datas. 18. Encaminhar cópia de recomendações, auditorias, pareceres ou manifestações do Controle Interno, Tribunal de Contas e Ministério Público relacionados ao tema.

JUSTIFICATIVA O presente requerimento visa assegurar o exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo Municipal, permitindo a análise da legalidade e regularidade da utilização de bens públicos por particulares, bem como a observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, garantindo transparência na gestão do patrimônio público municipal.

Sala “Major Gurgel”, 17 de junho de 2026.

**Rodrigo Silvério Alves de Souza**  
Vereador